

## Critérios p/ fixação da competência

↳ quando se trata de competência territorial, existem 2 regras gerais:

**I-** na hipótese de direito pessoal ou direito real sobre móveis, a competência p/ o julgamento da causa será o foro de domicílio do réu.

**II-** tratando-se de direito real sobre imóveis, competente p/ julgar a lide será o foro de ~~domicílio~~ local da coisa.

### exceções:

- no inventário, partilha, arrecadação, cumprimento de disposições de última vontade ou impugnação de partilha extrajudicial: foro do último domicílio do falecido - mesmo foro competente p/ todas as ações em que o espólio for réu.

- quando o réu for incapaz: foro de domicílio de seu representante ou assistente.

- no divórcio: **a)** foro de domicílio do guardião do filho incapaz; **b)** se não houver filho incapaz, do último domicílio do casal; **c)** se nenhum dos cônjuges morar no antigo domicílio do casal, no domicílio do réu.

Desta forma, não existe mais a previsão de que o divórcio será no domicílio do réu; além disso, se houver violên-

↳ **mulher**

cia doméstica e familiar, o domicílio da vítima terá competência.

- no caso de ações cíveis decorrentes de



CADERNO  
INTELIGENTE®



\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  
violência doméstica e familiar, o domicílio da vítima, com base em demandas ligadas à Lei Maria da Penha.

- na ação de alimentos: foro de quem pleiteia alimentos.

- na ação envolvendo estatuto do idoso, na residência do idoso.

- nas ações de reparação de danos, no lugar do ato ou fato.

- nas indenizações decorrentes de veículo ou dano decorrente de delito: foro do local do fato ou domicílio do autor.

- nas lides envolvendo relações de consumo: foro de domicílio do consumidor.

- nas ações de despejo, se não houver foro de eleição: foro do local do imóvel.